



SOB A PERSPECTIVA DO NOVO: UM OLHAR SOBRE A DINÂMICA INTRAURBANA DE DOURADOS-MS E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

UNDER THE PERSPECTIVE OF THE NEW: A LOOK ON THE INTRA URBAN DYNAMICS OF DOURADOS-MS AND ITS URBANIZATION PROCESS

Valéria Ferreira da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados.
Professora Convocada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.
Rua dos Dentistas, 500, CEP: 79043-250 - Campo Grande, MS.
E-mail: valeriageografia@hotmail.com

RESUMO: Com o processo de intensificação da urbanização, notam-se inúmeras transformações urbanas nas cidades brasileiras, como alteração e ampliação dos papéis e funções das cidades médias. Nessa perspectiva, esse artigo tem por objetivo possibilitar elementos à compreensão das cidades médias brasileiras, por meio da observação do processo de urbanização brasileira, com destaque para o contexto da cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. Haja vista, que é no contexto regional que o estudo das cidades médias ganham significado e amplitude, tornando as relações mais complexas, conectando o próximo com o distante, manifestando o conflito entre o interno e o externo, o novo e o velho.

Palavras Chaves: Dourados-MS; Cidade Média; Processo de Urbanização.

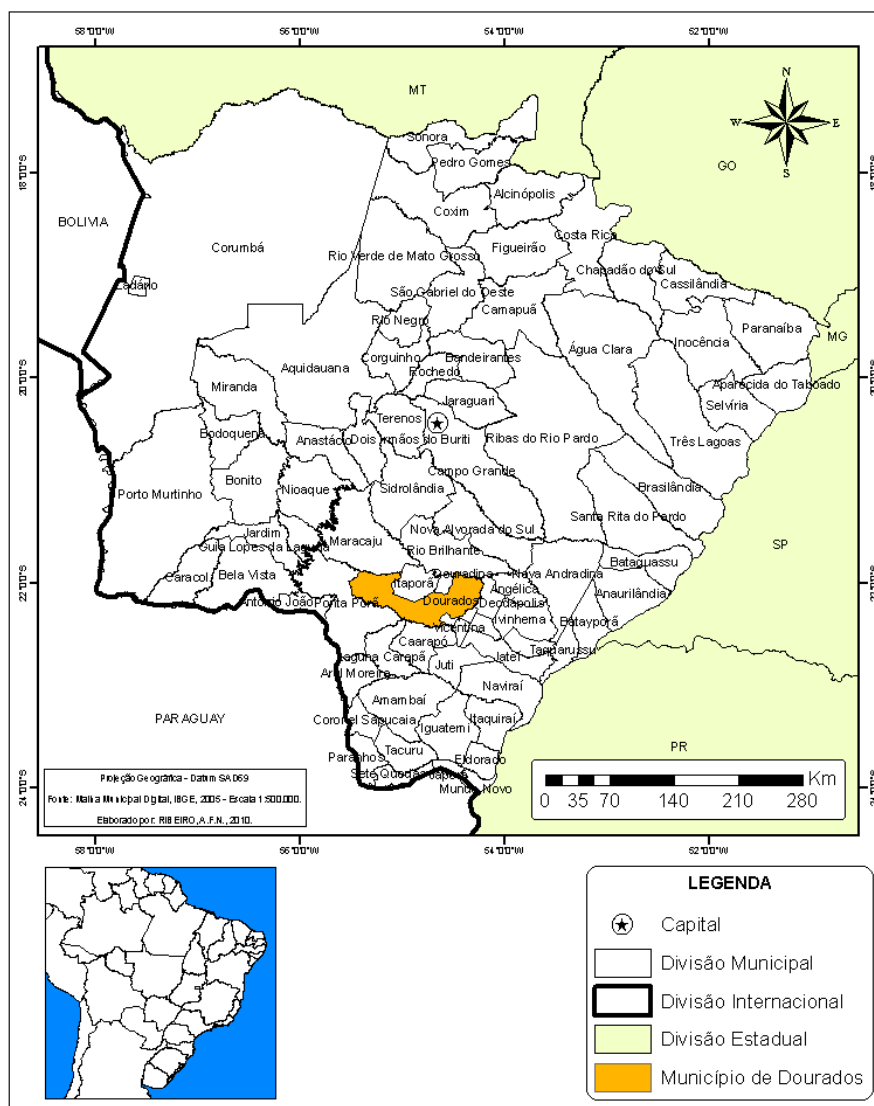
ABSTRACT: With the intensification of the urbanization process, we may notice several urban transformations in Brazilian cities, as an amendment and extension of the roles and functions of medium-size cities. In this perspective, this paper aims to understanding the elements allow medium-sized cities in Brazil, through the observation of the urbanization process in Brazil, with emphasis on the context of Dourados, in the state of Mato Grosso do Sul. This is because in the regional context that the study of medium-size cities gain meaning and range, making the relationships more complex, connecting the nearby with the distant, expressing the conflict between internal and external, the new and the old.

Keywords: Dourados-MS; Medium-size cities; Urbanization process.

Introdução

A compreensão de Dourados sob a perspectiva das cidades médias coloca a necessidade de análise dos processos socioeconômicos espaciais, pois Dourados destaca-se regionalmente como centro prestador de serviços, comércio, lazer etc., atendendo ao mercado consumidor de seu entorno imediato e de cidades localizadas num raio de distância que ultrapassa a região Sul do estado de Mato Grosso do Sul, onde geograficamente está localizada.

A localização do município de Dourados (Mapa 1), no estado de Mato Grosso do Sul, possibilita a constituição de interações espaciais com as cidades circunvizinhas e até mesmo com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, devido à proximidade (112km de distância) com a “fronteira seca” Brasil-Paraguai.



Mapa 1 – Localização do município de Dourados-MS (2010).

É importante destacar que as interações espaciais

constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência [...] e realizar através de diversos meios e velocidade.” Essas interações envolvem deslocamento de diferentes distâncias e direção, com diversas finalidades. (CORRÊA, 1997, p. 279)

Deste modo, as interações que se constituem a partir de Dourados, realizam-se a curta e a longa distância, envolvendo centros urbanos de tamanhos distintos, em uma teia de articulação que promove mudanças nos centros envolvidos. Na perspectiva de apresentar Dourados na condição de cidade média, destacam-se alguns elementos que são essenciais para entender a sua configuração espacial.

Para análise desse contexto é, imprescindível considerar o processo de urbanização brasileira e a constituição, em várias regiões do país, de novas espacialidades, com valores sociais e culturais predominantemente urbanos e diferenciados entre si. Devido à complexidade e diferenciação desse processo em cada parte do território nacional e em cada momento histórico.

Assim, entre o período de 1930 e 1980, a dinâmica de urbanização brasileira é marcada por diferentes acontecimentos, como por exemplo, a “derrota” das oligarquias, a nova fase no sistema político e econômico nacional, a defesa da indústria nacional e a abertura do mercado, a facilitação das importações e remessa de lucros (empresas estrangeiras) apresentando um desenvolvimento dependente, bem como o processo de globalização econômica e/ou mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

A partir da década de 1940, o processo de urbanização brasileira, apresenta-se como um processo qualitativo de mudança estrutural, proporcionando alteração no padrão da sociedade, por meio da intensificação do processo de industrialização e, conseqüentemente, da concentração urbana.

Entende-se o termo industrialização, enquanto “processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em forma diversa [...]” estimulando o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2008, p. 30).

A partir dos anos 50 a atividade industrial “ganha novo ímpeto” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.43) posteriormente, torna-se a principal atividade econômica do país, como apontam Santos e Silveira (2010, p.43) “Registravam-se no Brasil, em

1950, 71.027 estabelecimentos industriais e 1.295.286 pessoas ocupadas.” Esse processo promoveu transformações econômicas sociais e políticas, como por exemplo, a estruturação de uma nova divisão do trabalho, ligada aos novos interesses estabelecidos e a ampliação da urbanização em escala nacional.

Embora o processo de urbanização estivesse cada vez mais presente em várias partes do território brasileiro, regionalmente, não acontecia de forma homogênea, dentre os processos que podem ser considerados na urbanização brasileira, verificam-se os relacionados às transformações ocorridas no campo com o chamado êxodo rural, o fluxo migratório nacional e internacional, a modernização das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, além da “estagnação” econômica do Norte e do Nordeste.

Assim, a região Nordeste apresentou perda significativa da sua população, contando com cerca de 39% (IBGE, 2006) do total da população nacional, em fins do século XIX e chegando aos anos de 2000 com uma participação relativa de 28% do total nacional. Dinâmica essa que ocorreu devido principalmente aos movimentos migratórios internos com destino a outras regiões brasileiras.

De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a região Sudeste, embora apresentasse, já em 1900, elevado índice de população, nota-se que este percentual mantém-se ao longo dos anos, aliado aos movimentos imigratórios nacionais e internacionais, equilibrando as baixas taxas de crescimento natural da população.

A região Sul apresentou, até a década de 1970, taxa de crescimento da população, ligado principalmente aos movimentos imigratórios internacionais. Após a diminuição deste processo, a região vivencia a diminuição de sua participação relativa no crescimento da população nacional, chegando aos anos de 2000 com cerca de 15% do total.

A região Norte apresentou um crescimento significativo em relação ao total da população nacional, em 1900, o total da população representava cerca de 4%, saltando para 7,6% no ano 2000, esse aumento estava ligado a diversos fatores, sobretudo, econômicos que tiveram como alvo a região.

Dentro desta lógica de crescimento, destaca-se também a região Centro-Oeste, principalmente nos períodos de 1950 a 1980, quando sua participação, cresce de 3,3% a 6,3%. Ou seja, a região Centro-Oeste que em 1900 apresentava 2,1% no total da população nacional, apresenta, no final do século, 6,8%, ou seja, mais que triplica sua participação nacional.

Ao mesmo tempo, ocorre entre os períodos de 1940 e 1980, uma inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, ou seja, acentua-se o crescimento populacional da cidade, principalmente a partir dos anos de 1970, período em que a população urbana ultrapassou a população rural. Essa dinâmica determinou mudanças na estrutura socioespacial do país, estabelecendo mecanismos de concentração de renda e configurando o crescente empobrecimento das pessoas na cidade e no campo.

Neste cenário, observa-se o processo de interiorização da população e da economia nacional, proporcionando a expansão e ocupação das fronteiras agrícolas nas regiões brasileiras. Assim, ao analisar a realidade brasileira, é imprescindível considerar as diferenciações regionais, conseqüentemente, a distribuição desigual das atividades econômicas e da população, no território nacional, além das políticas de investimento diferenciadas, do crescimento urbano e das desigualdades socioespaciais.

A análise, mesmo que concisa, acerca do processo de urbanização do Brasil, remete à necessidade de considerar a constituição do meio técnico-científico informacional. Sobre esse período, Santos (2008, p.37) discorre que é “o momento em que a construção e reconstrução do espaço se faz com conteúdo crescente de ciência e técnica”.

Concomitantemente, verifica-se a multiplicação dos fluxos sobre o território, com aumento dos deslocamentos populacionais, para o interior do país, deste modo, há uma ampliação e difusão de diversas formas de consumo, como por exemplo, de serviços de saúde, educação, lazer além, de informação e idéias, conduzindo, deste modo, a ampliação da urbanização.

A constituição de um meio técnico-científico-informacional redefine a configuração territorial brasileira, com a inserção de vários projetos de infraestruturas, como por exemplo, a ampliação do sistema de transporte, sistema de telecomunicação e da produção de energia, ou seja, “o espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade”. (SANTOS, 2008, p.42)

Neste âmbito, a produção material brasileira industrial e agrícola se expande em várias regiões, com o desenvolvimento de novas formas econômicas, ampliando o consumo produtivo e consuntivo, alterando a divisão territorial do trabalho.

Amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batadeiras elétricas, televisores, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso

buscando uma resposta concentrada, que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo porque, ao lado do consumo consuntivo, que se esgota em si mesmo, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. (SANTOS, 2008, p.54)

Desse modo, o consumo foi ampliado não somente nas cidades, como também no campo, que se impregna de cientificidade, por meio da aquisição de maquinário e biotecnologia, possibilitando, assim, a consolidação da agroindústria. O consumo produtivo se desenvolveu e se apresentou com importante instrumento de mudanças nos locais de produção agrícola e as aglomerações urbanas.

Observa-se a presença da ciência, da técnica e da informação em todos os lugares e em todas as atividades humanas, num processo de ampliação do consumo e interferindo diretamente na urbanização brasileira.

Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consuntivo e consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexas. É assim que vamos ter no Brasil um número crescente de cidades com mais de 100 mil habitantes, o novo limiar de cidades médias. (SANTOS, 2008, p. 55)

O processo de modernização no campo não se difundiu de maneira espontânea nem homogênea, ficando concentrado em certas regiões do país, o que privilegiou determinados grupos sociais em detrimento da marginalização de outros, que não conseguiram acompanhar as transformações. Esse processo também se faz na escala da rede urbana, imprimindo centralidade a determinadas cidades, como é o caso de Dourados.

A inserção do meio técnico-científico promove a remodelação no meio rural através da utilização das biotecnologias, das novas químicas, das informações e da eletrônica, acarretando uma (re) divisão técnica/territorial do trabalho agrícola com a utilização cada vez maior do trabalho científico.

[...] A compra de sementes, rações, adubos, defensivos, máquinas e implementos, mas também a venda dos resultados do trabalho agrícola são fortemente influenciadas pelas diversas formas de informação ao alcance do produtor: de um lado, rádio, televisão, jornais, de outro, conselhos de vizinhos, comerciantes e técnicos agrícolas. A incidência varia, segundo os casos, mas o uso da informação é prática generalizada e indispensável não apenas à inovação tecnológica, mas ao próprio cotidiano do agricultor. (SANTOS, 2008, p. 40)

Dessa forma, o período técnico-científico-informacional estabeleceu meios para que as cidades do interior do país pudessem, nesse processo de trocas, se equiparem com infraestrutura, serviços bancários, informações, telecomunicações, meios de armazenagem, comércio especializado, sistema de circulação e transportes dentre outros. Com isso, também se reestabelece a divisão do trabalho, o que contribuirá para o surgimento de cidades com conteúdos diferenciados, redefinindo em cada momento o agir das pessoas, das firmas e das instituições.

Contudo, o atual processo de urbanização aponta a constituição de novas formas de interações espaciais entre as cidades, além do crescimento da importância das cidades pequenas e das cidades médias. Deste modo, tende a polarização e a concentração da população em aglomerações urbanas intermediárias.

Essa nova dinâmica causa alterações significativas, não só no padrão de acumulação, como também na estruturação espacial, acentuando, ainda mais, a importância das cidades médias na rede urbana. Dessa forma, se estabelecem múltiplas possibilidades de articulação entre cidades de diferentes padrões, de maneira a influenciar o processo de urbanização e, conseqüentemente, no rearranjo da hierarquia urbana.

A rede urbana no processo de urbanização brasileira facilitou a efetivação e o fluxo da produção, circulação e consumo. Para Corrêa (1989, p. 5) “por meio, da rede urbana e da crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial.” Nesta perspectiva, Corrêa destaca:

A rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede, na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento, dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações, os diversos, fluxos entre estes centros. (1997, p. 93)

Todavia, para compreender a rede urbana brasileira, é necessário considerar como a região e as cidades estão espacialmente distribuídas, e de que modo a inserção geográfica dessas cidades em sua região irá repercutir na maneira pela qual elas desempenham seus papéis. Atualmente, os fluxos que são estabelecidos entre os núcleos urbanos não caracterizam um padrão rígido de hierarquia. Este modelo cede lugar a uma rede de articulação muito mais intensa e complexa, entre os diversos setores e agentes econômicos, sociais, culturais e espaciais.

A rede urbana, que anteriormente era compreendida a partir das relações econômicas e sociais estabelecidas entre as diversas cidades, de acordo com sua

posição e funções na hierarquia, modifica-se, pois outros fluxos se efetivam, ultrapassando as regiões de comando, gerando estruturas espaciais em rede, que necessariamente, não mantêm uma continuidade territorial. Assim, a formação da moderna rede urbana permitiu a continuidade da criação de novos núcleos urbanos e novas formas e conteúdo de urbanização, além de possibilitar novas relações socioeconômicas. Ou seja, se antes havia cidades de diversos tamanhos e com pouca articulação entre si, agora a rede urbana é mais articulada e com centros funcionalmente distintos, estabelecendo fluxos materiais e imateriais. Corrêa argumenta:

[...] a rede urbana não pode ser descrita a partir de um único padrão espacial, pois há uma grande variedade de densidades de centros, ligados aos processos de criação dos núcleos urbanos em momentos diversos, configurando no presente uma rede extremamente complexa. (2005, p.99)

Essas reestruturações causaram alterações significativas não só no padrão de acumulação, como também na organização espacial. Passaram a existir múltiplas possibilidades de cidades de diferentes padrões relacionarem-se, influenciando o processo de urbanização no âmbito dessa rede e, conseqüentemente, no arranjo da hierarquia urbana. Desse modo, os núcleos urbanos necessariamente não mais estabelecem fluxos que possam caracterizar um padrão rígido de hierarquia.

A nova composição da rede urbana permitiu o crescimento das cidades médias, além de exercer um papel de integração territorial. O investimento nessas cidades procurou reduzir o crescimento das metrópoles e induzir à descentralização das atividades produtivas, principalmente industriais. Aos poucos essas cidades foram sendo separadas em centros, com a função de desconcentração e dinamização. Portanto, torna-se necessário reconhecer os novos papéis desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões, assim como identificar as novas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam.

Para isso, destacamos que o processo de urbanização e a influência do meio técnico-científico-informacional na conformação das cidades médias, ainda que tenha instigado a importância e o papel articulador destas, ocorreu de forma diferenciada no espaço brasileiro, o que justifica, em partes, as diferentes análises sobre cidade média.

A partir dessas análises destacadas, encaminhamos à compreensão da dinamicidade regional de Dourados, numa tentativa de pensar, a partir das políticas públicas de integração nacional, a realidade atual.

Dourados-MS e a sua importância no cenário regional

A análise da temática remete à necessidade de pensar as políticas públicas de integração nacional, para compreensão das deliberações políticas que interferiram na reconfiguração do papel de Dourados.

Pois a inserção de diversas políticas públicas de ordem federal e estadual conotou uma singularidade à rede urbana do Sul de Mato Grosso do Sul, mais precisamente, na constituição do papel regional de Dourados, no âmbito desta rede.

O tratamento analítico nos remete a uma leitura histórica, dessas políticas, num esforço de captar os desdobramentos espaciais desse processo. No século XVI, a região foi palco de disputas entre Portugal e Espanha. Já no século XIX, a região comparece no cenário nacional com a Guerra do Paraguai, com a demarcação da fronteira entre Brasil e Paraguai.

O surgimento da Cia Matte Laranjeira em 1882, com a extração e exportação da erva-mate, configurou novos papéis para o então estado de Mato Grosso, principalmente devido às questões de ordem econômica, já que em alguns anos o poder econômico da Cia ultrapassava o total do estado.

Nesse contexto, o Estado, através do governo federal, adota um conjunto de medidas que visava uma nacionalização das áreas de fronteira e desarticulação do poderio da Cia Matte Laranjeira na região. Dentre essas medidas, aparecem a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a ampliação do ramal de Ponta Porã. (NAGLIS, 2007, p.27).

Na efetivação da nacionalização das fronteiras, destaca-se uma das políticas centrais para a compreensão do atual Mato Grosso do Sul, a Marcha para Oeste, que se pautava num discurso de povoar os “espaços vazios¹”, e ocupar as áreas de fronteiras e integrá-las ao território brasileiro.

A formação econômica do estado de Mato Grosso do Sul, em especial, de Dourados, é marcada pela política de “integração nacional” do governo federal, via projetos de colonização chamados de Colônias Agrícolas Nacionais, implantados na década de 1940, que detinham uma conotação de ocupação dos territórios tidos como “vazios”, além de uma preocupação geopolítica de assegurar as fronteiras territoriais. Diante desse contexto, o governo estimulou o primeiro movimento de “integração planejada” em terras mato-grossenses, assumindo uma política migratória dirigida.

¹ É válido salientar que a determinação de “espaços vazios” não é coerente com a realidade da região, pois as terras do Centro-Oeste eram habitadas por numerosas comunidades indígenas (Cf. BRAND, 1993 e 1997).

As Colônias Agrícolas Nacionais pautavam-se na fixação do homem no campo e estabelecia a fundação de uma sede; o projeto previa a instalação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais; e visava à organização de cooperativas destinadas a compra e venda de produtos produzidos e consumidos pelos agricultores. Os títulos definitivos seriam expedidos pela Divisão de Terras e Colonização, com dados de individualização e assinados pelo Presidente da República. (OLIVEIRA, 1999).

No ano de 1942, o Ministério de Agricultura determinou estudos para a criação de uma Colônia Agrícola no então Estado de Mato Grosso, no qual foi definida a implantação no município de Dourados. As razões que determinaram a localização da Colônia Agrícola no município de Dourados foram decorrentes de vários fatores, dentre eles a qualidade das terras, as condições naturais de hidrografia e vegetação.

Assim, em 28 de outubro de 1943 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. Entre as várias políticas públicas que posteriormente terão como alvo o então estado de Mato Grosso do Sul, certamente a CAND, se destaca por ser a pioneira e por seus grandes impactos socioculturais, econômicos, agrários, intra e interurbanos, principalmente na porção sul do atual estado de Mato Grosso do Sul.

A CAND foi instituída a partir do decreto lei nº 5.941, com o objetivo de realizar a distribuição de 6.500 lotes entre 20 e 50 hectares, para atender a pequenos lavradores comprovadamente pobres. Além da sede em Dourados a CAND, foi implantada em áreas rurais dos atuais municípios de Deodápolis, Fátima do Sul, Angélica, Jateí, Glória de Dourados, Douradina com aproximadamente 300.000 ha.

Embora a criação da CAND, seja relacionada por diversos estudos, tão somente ao governo de Getúlio Vargas (1937-1945), vale ressaltar que a mesma foi apenas concebida no Estado Novo, mas sua implantação ocorreu de fato no governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950). A partir de 1954, perpassa pelos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Neste sentido, a CAND contempla diversos governos de presidentes brasileiros.

O projeto de integração nacional acontece, no primeiro momento, como uma forma de ação geopolítica de ocupação de áreas tidas como “vazias”. Logo após a guerra do Paraguai, o governo estava preocupado em manter e efetivar as áreas de fronteira, portanto, o oeste do país foi alvo do projeto Marcha para Oeste, em uma política de integração ao território nacional.

Nos anos de 1970, adotou-se, por meio do planejamento, a integração nacional sob o viés econômico, visando inserir ao circuito capitalista de produção as

diversas áreas do país. A atuação do Estado no Mato Grosso do Sul foi muito importante, desde o processo de colonização, até a consolidação produtiva, por meio dos investimentos em infraestrutura de transportes, energia e armazenagem, além de um amplo conjunto de políticas econômicas e sociais. Deste modo, nos anos de 1970, o estado de Mato Grosso do Sul meridional passa pela modernização do campo, especialmente, da lavoura de trigo e de soja.

Com a política de colonização ocorrida nos anos de 1940, foi possível o surgimento e fortalecimento de muitas cidades, além de instituir um importante mercado consumidor que acelerou a dinâmica econômica e o processo de urbanização no estado.

No desenrolar desse processo, Dourados destaca-se, cada vez mais, no cenário regional, com a implementação de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico, como, por exemplo, a política dos eixos de desenvolvimento, entre outras políticas. Vale destacar que o governo federal, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975/1979) e de outras políticas públicas de ordenamento territorial, visava conter o movimento migratório para as metrópoles e criar pólos de desenvolvimento em regiões consideradas periféricas, seguindo o modelo europeu de ordenamento do território dos anos de 1970 posteriormente adotado por outros países.

O Programa Nacional para as Cidades de Porte Médio (PNCMP/ II PND) elegeu no Sul do estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul - as cidades de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Dourados, que além desse programa também contou com o chamado PRODEGRAN (Programa Especial da Região da Grande Dourados).

Embora, a proposta do referido programa não represente diretamente Dourados como pólo desta região, apenas a nomeação do programa já denota a evidência da cidade. Após esse programa houve uma maciça divulgação da terminologia Região da Grande Dourados, sendo incorporada nos discursos políticos e de empresários locais, como forma de atrair investimentos para Dourados.

De fato, a cidade de Dourados foi palco significativas transformações no espaço intra e inter-urbano, a partir da ampliação do atendimento bancário, da oferta e variedade de serviços e comércio, além do investimento na saúde e na educação, investimentos embasados no discurso do referido programa de dar suporte em infraestrutura de modo, a potencializar as vantagens desta região.

Assim, a compreensão do processo de dinamização da cidade de Dourados remete à necessidade de considerar as políticas públicas de planejamento como fundamentais para seu desenvolvimento urbano e regional.

Medidas governamentais objetivavam garantir e/ou dar sustentabilidade às necessidades de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista, por intermédio de novas formas de intervenção nas cidades (físico-urbanísticas) por meio, dos chamados Programas Especiais. Contudo, o objetivo fundamental era dar condições, via investimentos setoriais, às referidas cidades de se transformarem em pólos de desenvolvimento, tendo como instrumento a implantação de distritos industriais.

Todavia, avaliar se a importância atual de Dourados e das cidades médias brasileiras teve como elemento desencadeador tais propostas de política urbano-regional é tarefa difícil. Alguns autores, especialmente aqueles vinculados ao planejamento, dão uma resposta afirmativa, outros, no entanto, dizem que as cidades médias assumiram tais papéis a despeito dessas propostas, apontando que as mudanças verificadas não são totalmente dependentes dessas políticas, mas sim, estão associadas à dinâmica da acumulação de capital e dos interesses dos agentes sociais locais, visto que essas cidades possuem movimento próprio.

Amorim Filho e Serra (2001) argumentam que tais políticas visavam criar maior equilíbrio interurbano e urbano-regional, reduzir o fluxo migratório na direção das grandes cidades ou metrópoles e promover maior eficiência para alguns ramos produtivos, assim como multiplicar postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional, ou seja, promover, sobretudo as cidades de porte médio à centros estratégicos da rede urbana nacional.

Sendo assim, pode-se entender que parte do dinamismo da cidade de Dourados está vinculada às políticas públicas de planejamento, porém, é necessário ressaltar que essas políticas não foram necessariamente determinantes para compor a importância dessa cidade, mas que outras dinâmicas estão inseridas nesse processo.

No Mato Grosso do Sul meridional, o processo agroindustrializador funcionou como o principal veículo portador e disseminador desse novo conteúdo de ciência, técnica e informação regional. Assim, a cidade de Dourados concentra, além da agroindústria, os serviços de ensino superior e prestação de serviços médico-hospitalares, atuando, desse modo, como importante pólo concentrador, sobretudo, para a porção meridional de Mato Grosso do Sul, por meio de suas atividades econômicas relacionadas à agricultura, indústria, comércio e serviços.

Nos anos de 1990 verificou-se, no estado de Mato Grosso do Sul, a implantação de novos complexos agroindustriais. Silva (2000) assevera que esses diversos complexos foram atraídos para o Sul de Mato Grosso do Sul em função

dessa região enfeixar uma específica combinação de habilidades e recursos atraentes, favoráveis para o desenvolvimento das atividades da agricultura moderna.

Do ponto de vista do capital, Dourados constituiu-se como importante local de atração de investimentos públicos e privados, devido, principalmente, a sua posição, proporcionando, desse modo, a atração de uma demanda de várias cidades de seu entorno, ou seja, possui um importante papel na rede urbana regional promovendo interações espaciais, atualmente com cidades de até 600 km de distância.

Nesse sentido, algumas dinâmicas estabelecem-se no processo de consolidação econômica e intensificação da urbanização do estado de Mato Grosso do Sul, e na constituição da economia da cidade de Dourados com destaque para a participação e dinamicidade de várias empresas ligadas ao setor da agricultura mecanizada.

Dentre as principais empresas destaca-se a presença das multinacionais Cargill, Bunge Alimentos, Bayer, Monsanto, *Basf*, a Syngenta, COMID Máquinas Ltda e CVale Cooperativa Agroindustrial; além de outras unidades vinculadas a Manah, Serrana Fertilizantes e Serrana Nutrição Animal (Bunge), DuPont, Caterpillar, Massey Ferguson, New Holand, John Deere, Case Agriculture, entre outras.

Neste sentido, vale destacar a presença da unidade da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que surge com objetivo de dar suporte ao desenvolvimento da fronteira agrícola no oeste do país, por meio de pesquisas. Essas empresas evidenciam as inter-relações cada vez maiores entre o campo e a cidade, e exigem a organização de novos serviços que atendam a esse mercado. Com isso, apresenta-se a ampliação e difusão de empresas ligadas a este setor da agricultura.

A configuração desta rede de relações entre o campo e a cidade se efetiva pela presença de empresas ligadas a este setor da economia, que oferecem serviços que variam desde produtos agropecuários como máquinas, rações, defensivos, adubos e empresas que prestam assessoria administrativa, técnica, contábil e de projetos e pesquisa.

A implantação cada vez mais intensa de empresas ligadas ao atendimento das exigências do campo modernizado denota, na configuração urbana, a importância da agricultura científica.

As cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas. Em muitos casos a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.281)

Assim, Dourados dinamiza-se, capitalizando recursos dos centros vizinhos, polarizando atividades, sobretudo aquelas ligadas ao consumo de bens e de serviços,

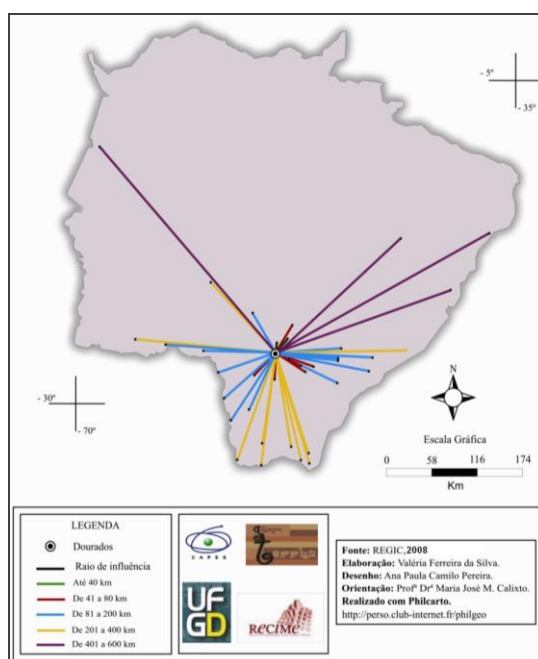
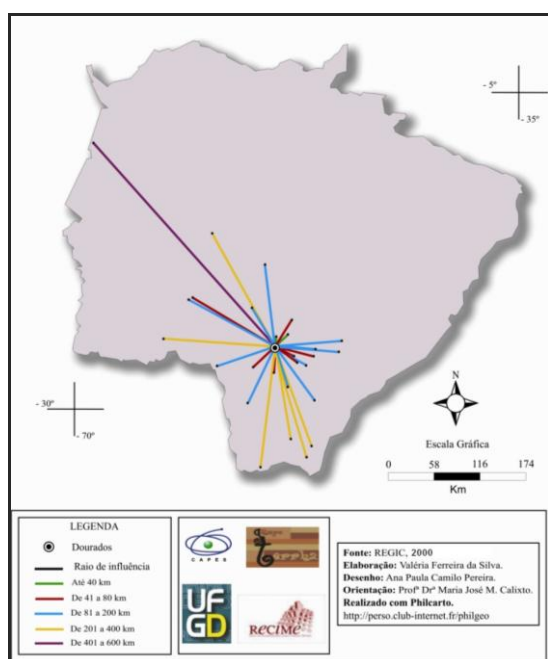
consolidando o papel de destaque no contexto regional enquanto prestadora de serviços a este mercado consumidor.

A presença dessas empresas possibilita a ampliação da rede urbana comandada por Dourados, ampliando o raio de influência basicamente regional para uma articulação mais abrangente na escala nacional e internacional.

De acordo com estudo realizado pelo IBGE – REGIC (2008) de forma a atualizar o quadro de referência da rede urbana brasileira a partir da classificação dos centros e, posteriormente, delimitar as suas áreas de atuação e influência. Nota-se que a rede urbana do estado de Mato Grosso do Sul está conectada à rede urbana e à região de influência de São Paulo, criando interações espaciais econômicas e sociais.

Nessa perspectiva, Mato Grosso do Sul apresenta duas regiões de influência, destacando-se a capital do estado, Campo Grande, exercendo influência em grande parte do estado e a cidade de Dourados, como principal centro de influência direta e/ou indireta. Assim, as interações espaciais da rede urbana de Dourados, de acordo com Regic (2008), articulam 21 municípios de forma direta e mais 12 municípios de forma indireta. Estes últimos se articulam diretamente a quatro centros: Amambai, Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã, ligados diretamente a Dourados.

Desse modo, pode-se considerar a expansão do raio de influência de Dourados em direção à porção Sul, Sudeste e Sudoeste do estado, ultrapassando 250 quilômetros, como pode ser observado nos Mapas 2 e 3.



É válido considerar, que de acordo com os dados da Regic (2000 e 2008) essa influência alcança até mesmo cidades de outros estados, como por exemplo, as cidades de Terra Roxa e Guaíra, ambas no estado do Paraná.

Com relação à área de influência de Dourados, de acordo com a Regic (2000), esta abrangia 26 centros² e 450.922 habitantes. Por sua vez, os dados da Regic (2008), mostram que Dourados ampliou a sua área de influência, com a participação de 33 centros³ de ligação imediata.

A articulação desses municípios com Dourados ocorre fortemente por meio do consumo de bens e serviços ligados à agricultura, ao atendimento médico-hospitalar e de ensino superior.

Desse modo, apresentamos a cidade de Dourados como possibilidade de compreendê-la como cidade média, em razão das relações que estabelece com seu entorno, da influência que exerce, dos serviços que oferece, da dinâmica econômica que desenvolve, bem como da importância e do estratégico papel de centro gestor regional no estado de Mato Grosso do Sul.

Uma leitura do espaço intraurbano de Dourados-MS: um novo contexto urbano

De acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE (2010), Dourados destaca-se como a segunda cidade, em termos populacionais, do estado de Mato Grosso do Sul, com total de 196.068 habitantes.

No cenário regional, Dourados também se destaca como principal centro de atração de investimentos financeiros, com 12 financeiras, 16 agências bancárias e 44 postos de atendimento, atendendo principalmente as atividades ligadas a agricultura, que organizam o setor terciário na prestação de serviços.

A cidade próxima ao campo modernizado tem a tarefa de oferecer informação imediata e próxima a uma atividade agrícola [...] O entorno da cidade influencia no fazer habitual das instituições. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.282)

² Os municípios que compõem a região de influência de Dourados, segundo os dados da Regic (2000), são: Amambai, Angélica, Aquidauana, Bela Vista, Caarapó, Corumbá, Deodápolis, Douradina, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Sidrolândia e Vicentina.

³ Os municípios que compõem a região de influência de Dourados, segundo os dados da Regic (2008), são: Angélica, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Novo Horizonte do Sul, Rio Brillhante, Sete Quedas, Tacuru, Vicentina, Coronel Sapucaia, Paranhos, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Terra Roxa/PR, Itaquiraí, Antônio João, Aral Moreira, Caracol, Ponta Porã, Naviraí, Mundo Novo, Amambai, Guairá/PR, Bela Vista.

A agricultura é parte fundamental a ser considerada quando se trata da dinamicidade econômica assumida por Dourados no contexto regional. Assim, a partir dos anos 50, nota-se a inserção de dinâmicas diretamente atreladas a esta atividade, em razão, sobretudo, das políticas de governo que incentivaram a ocupação dessa região e, para isso, oferecia, para aqueles que migravam de outras localidades, terras para cultivo.

Tal fato remeteu à análise da evolução do contingente populacional de Dourados (Tabela 1), juntamente a outros processos que permitem compreender as dinâmicas que fomentaram a constituição da atual configuração urbana e dos papéis e funções assumidas regionalmente.

Tabela 1 - Evolução Populacional de Dourados-MS (1940-2010)

Ano	População Urbana		População Rural		Total
	N.º de habitantes	% sobre o total	N.º de habitantes	% sobre o total	
1940	1.821	12,15	13.164	87,85	14.985
1950	3.042	13,31	19.792	86,67	22.834
1960	10.757	12,66	74.198	87,33	84.955
1970	25.977	32,80	53.209	67,19	79.186
1980	65.803	61,79	40.690	38,20	106.493
1991	117.007	86,04	18.977	13,95	135.984
2000	149.928	91,04	14.746	8,95	164.674
2010	181.086	92,35	14.982	7,64	196.674

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de Mato Grosso - 1940, 1950, 1960 e 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
ORG.: SILVA, V. F. (2010) e CALIXTO, M. J. M. S. (2008)

Em 1940 o total da população de Dourados era de 14.985 habitantes, e em 1950 apresentava um número de 22.834 habitantes, um aumento de 34,38%. Mas, foi nos anos de 1950 a 1960 que a população de Dourados apresentou um significativo aumento populacional de 73,13%, saltando de um total de 22.834 para 84.955.

Apresentando, desta forma, mudanças na configuração da cidade, revelando novas formas espaciais, elementos e expressão da redefinição dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais, consequentes desta dinâmica populacional.

Entre o período de 1940 a 1970 destaca-se no processo de urbanização de Dourados a intensiva intervenção estatal, por meio de projetos públicos e privados de colonização e de interiorização do capital, ocasionados, sobretudo em razão da agricultura moderna.

Estas transformações advindas das novas dinâmicas econômicas promovidas pelo Estado, como a ampliação da população urbana e a intensificação do processo de apropriação da terra urbana, redefiniram o espaço urbano de Dourados. Constituindo, desse modo um novo redesenho da espacialidade urbana, bem como a intensificação dos

fluxos de capital, pessoas, mercadorias, informações, ideias e símbolos, permitindo assim, novas articulações com centros funcionalmente diferenciados.

É nesse contexto que Dourados começa a assumir regionalmente o papel de centro polarizador, com a expansão das atividades comerciais e de prestação de serviços (principalmente aqueles ligados à educação e à saúde) e a criação de um mercado consumidor.

Essa transformação projetou Dourados dinamicamente no cenário regional, fazendo da cidade um pólo de atração de investimentos, sobretudo aqueles ligados à agroindústria. O ano de 1970 é marcado pela política de incentivos fiscais, de créditos subsidiados aos produtores e a integração de Dourados nos Complexos Agroindustriais (CAI) com o cultivo da soja, milho e trigo. Essas ações motivaram o investimento em infraestrutura com a construção de um sistema rodoviário, necessário para o escoamento da produção.

A presença estatal, através das políticas de planejamento baseadas no ideário de integração nacional, na modernização da agricultura para exportação, e da consolidação de um mercado consumidor (tanto para os produtos internos quanto para a produção das grandes multinacionais de implementos e defensivos agrícolas) impôs uma nova divisão territorial do trabalho.

Contudo, é em 1980 que se tem o aprofundamento do processo de agroindustrialização, através dos Complexos Agroindustriais com a incorporação de empresas ligadas à agricultura, como a SADIA, AVIPAL e CEVAL, além da ampliação da rede bancária, como a Caixa Econômica Federal (1974), Banco Mercantil do Brasil (1975), Banco da América do Sul (1976), Banco do Brasil (1978), Banco Banorte (1981), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1981), UNIBANCO (1982), Banco de Crédito Nacional (1982), Banco Sudameris do Brasil (1984), Banco Itaú (1985), Banco Bamerindus (1989).

Essa moderna rede bancária e a topologia empresarial visava atender ao capital investido em Dourados e região, tanto no setor agrícola, como no setor terciário, além de atender às novas formas de consumo da população formada por profissionais liberais como médicos, dentistas, professores e gerentes de banco, que migravam para a cidade.

Segundo Calixto (2008), de acordo com dados do IBGE, entre os períodos de 1970 a 1980, houve uma alteração significativa no perfil da população residente em Dourados, apresentando um aumento de 1200% de pessoas com nível superior, ou seja, de um total de 119 (em 1970) passa a 1438 profissionais (em 1980). De acordo com a referida autora, esta nova realidade imprime na cidade alterações nas relações

intra e interurbanas, por meio do fluxo de capital e de pessoas, o que estimula os papéis e a importância de Dourados.

Dourados passa a responder às novas necessidades de consumo imediato, havendo, por exemplo, a construção de moradias adequadas ao novo perfil da população residente. Essa nova realidade denota um dinamismo no setor imobiliário, estimulado diretamente pelas intervenções estatais, através do Banco Nacional de Habitação-BNH:

A produção em maior escala impulsionou e dinamizou as atividades do setor imobiliário, que se restringiam às transações baseadas majoritariamente na compra e venda de lotes não edificadas. Porém, a implantação dos conjuntos habitacionais, via BNH, interveio nesse quadro, ou seja, a partir daquele momento tornaram-se significativas as transações comerciais (compra, venda, aluguel) envolvendo edificações, pois as unidades residenciais implantadas passaram a ser objeto de negociação. (CALIXTO, 2008, p.147)

Esse processo sinaliza profundas alterações nos padrões de articulação regional, pois Dourados, nesse contexto, torna-se o local de destino de investimentos estatais, que além de promover a diversificação de sua economia, altera a rede de relações, tornando as interações espaciais mais intensas e complexas.

De tal modo, a incorporação de novas áreas urbanas, a renovação urbana, a relocação diferenciada da infraestrutura e a mudança do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade, constituem como elementos contemporâneos da produção, apropriação e consumo do espaço urbano, dinamizando o uso do solo urbano, com diferentes atividades, principalmente o comércio, que passa a conhecer formas de consumo diferenciada pela instalação de um shopping center .

Essa realidade desencadeia uma nova dinâmica no setor imobiliário, consolidando a dinâmica de produção capitalista, a percepção da terra como mercadoria, instalando, a partir desta lógica, uma estratificação social, diferenciando do ponto de vista mercadológico, os locais de moradia, de acordo com o poder aquisitivo, ou seja, neste momento, tem-se a instauração de acessos diferenciados à cidade e o surgimento das primeiras ocupações irregulares em Dourados. Segundo dado da Secretaria Municipal de Habitação e Serviços Urbanos – SEMHSUR, Dourados apresenta, atualmente, mais de 23 ocupações irregulares.

Tais práticas impulsionaram a dinamização de instituições ligadas ao ramo da comercialização imobiliária, como corretoras, empresas construtoras, incorporadores, investidores, proprietários fundiários (ou proprietários de grandes

áreas na cidade), dentre outras, caracterizando uma complexa rede de relações entre os diferentes agentes. (CALIXTO, 2008)

A cidade, como cristalização da urbanização e essa enquanto processo, articula-se à produção ampla e restrita, pois a mesma não é só condição para a realização da produção, é também expressão de uma forma de produzir. É neste sentido que o atual estágio da produção capitalista norteia as novas formas espaciais na cidade de Dourados.

Ainda sobre o BNH, este inicialmente se efetiva enquanto atendimento à falta de moradia para a camada social da população de menor poder aquisitivo, contudo o que de fato se revelou foi o desvirtuamento da proposta inicial.

Esta prática, além de contradizer os objetivos gerais do programa, levou a diferenciação socioespacial no espaço urbano de Dourados, com abertura de novos loteamentos, próximos às áreas do BNH, mas direcionados a uma clientela de maior nível socioprofissional. Calixto destaca alguns loteamentos,

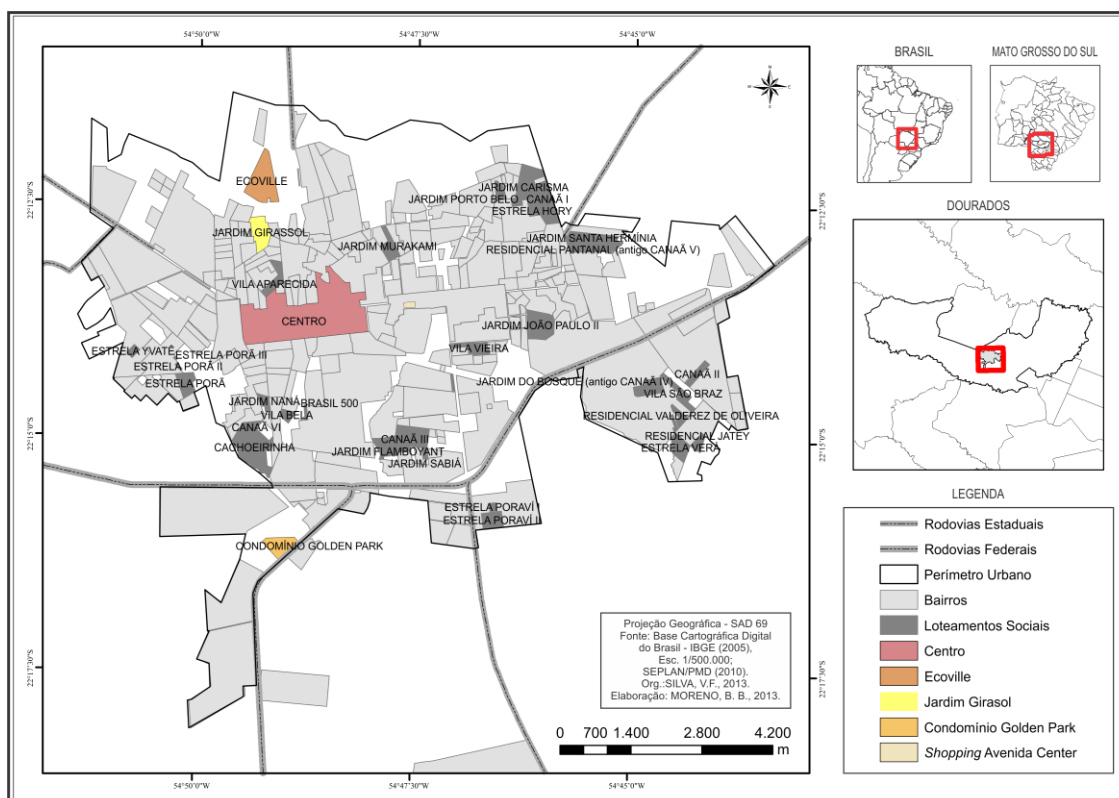
[...] é o caso do Portal de Dourados, da Vila Tonani I e II, do Jardim Europa, do Jardim Girassol, do Jardim Bará, do Jardim Itaipu ou o incremento de loteamentos já lançados anteriormente (Vila Planalto, Vila Progresso e da Vila Corumbá, por exemplo) nas proximidades dos BNHs 1º, 2º e 3º Planos, voltados para uma demanda de poder aquisitivo ou nível sócio-profissional mais elevado (o que fica visivelmente claro no padrão ocupacional), ou de moradores que em momento anterior preferiram outra localização no interior da cidade. (2008, p.151)

É também neste contexto que ocorrem as primeiras manifestações de favelas e ocupações irregulares na cidade. Acirra-se, desse modo, no espaço urbano as contradições da lógica capitalista de produção do espaço, que configura acessos diferenciados a cidade, impossibilitando às diversas camadas sociais o direito à cidade. Como argumenta Calixto:

A produção diferenciada do espaço expressa as diferentes formas de apropriação, que, por sua vez, acabam por afastar parcela significativa da população da possibilidade de uso, à medida que não apenas media, mas sobretudo nega essa necessidade (de uso), reduzindo o direito de habitar à imposição da propriedade privada da terra. (2008, p.159)

Nessa perspectiva, é possível compreender a “valorização” e uso diferenciados em algumas áreas da cidade de Dourados, representados pelas porções Sul (com a ocupação do segmento social com menor renda) e ao Norte da cidade (segmento social de alta renda). Tais práticas denotam cada vez mais a fragmentação do território da cidade, em áreas com funcionalidades diferenciadas.

De modo geral, ocorre um novo crescimento urbano periférico determinado pela instalação de equipamentos comerciais e de serviços, que promovem novas localizações de áreas residenciais, apresentando-se uma nova configuração, com a construção de conjuntos habitacionais e condomínios fechados, localizados de forma estratégica, longe do centro da cidade, com o objetivo de promover a valorização daquela área e de seu entorno (Mapa 4).



Mapa 4 – Localização conjuntos habitacionais e condomínios fechados em Dourados (2013)

Em Dourados há a recente implantação do Ecoville (lançado em dezembro de 2008), primeiro condomínio fechado, localizado na porção norte da cidade de Dourados, numa área de grande valorização imobiliária, ao lado do Jardim Girassol (Mapa 4) e do condomínio Golden Park Residence (lançado em 2009). O discurso ideológico que fundamenta a comercialização desse projeto está na “venda” do contato com a natureza, além da segurança e privacidade.

A articulação entre Estado (intervenção) e o setor imobiliário constitui o motivo principal das mudanças socioespaciais, como verificado em Dourados. Assim, os agentes imobiliários criam o mercado de que necessitam para se reproduzir e o Estado reforça a lógica produzida pelo mercado. (CALIXTO, 2001)

Nessa perspectiva de contradições entre desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento das relações sociais, é que se configura a constituição da cidade de Dourados.

Considerações Finais

Compreender a realidade brasileira remete a necessidade de análise das diferenciações regionais, promovidas pela extensão do território nacional e conseqüentemente das diversas dinâmicas envolvidas em diferentes contextos e períodos históricos.

Esse artigo apresenta alguns elementos norteadores à compreensão da dinamicidade atual da cidade de Dourados, no contexto regional de Mato Grosso do Sul, sob a perspectiva de compreensão de sua condição de cidade média.

A compreensão do processo de urbanização brasileira perpassa pela necessidade de análise das cidades médias, que articuladas às pequenas cidades desempenham importantes papéis e funções na rede urbana nacional.

Do mesmo modo, a perspectiva do novo conduz o olhar sobre uma realidade atual, com dinâmicas que moldam e articulam o território, dotando-o com novas funcionalidades através de dinâmicas que estão envolvidas desde a constituição da própria cidade.

A análise da urbanização brasileira é complexa devido às singularidades de constituição de cada região e de sua rede urbana. De modo que é imprescindível considerar as particularidades do processo de urbanização de cada cidade.

Os espaços urbanos contemporâneos podem ser vistos como a síntese contraditória do processo histórico de urbanização. (...) Cada cidade é, simultaneamente, expressão do processo de urbanização, decorrência dos papéis urbanos desempenhados no decorrer do tempo histórico. (SPOSITO, 1999, p.13)

Atualmente, as cidades médias estão ocupando cada vez mais o lugar de discussão, sendo imprescindível considerar a presença dessas cidades no contexto de análise da urbanização brasileira, devido a sua importância no cenário econômico e diversas contradições que envolvem esse debate, que vão desde a nomenclatura, discussão de conceito-noção, contradições socioespaciais e relevância de pesquisa.

As cidades médias ao passo que apresentam contradições em seu espaço intraurbano se destacam no contexto regional enquanto centros de serviços especializados em saúde, educação em nível fundamental e superior, lazer e de oferta de emprego.

É importante destacar que o papel regional de uma cidade média tem relação direta com a sua área de influência e, sendo assim, o estudo de Dourados nos permitiu observar esta relação de interdependência da cidade com seu entorno, destacando-se como pólo prestador de serviços, tecendo dessa forma, interações espaciais a partir de fluxos materiais e imateriais, assumindo assim, novos papéis e funções no âmbito regional ou mesmo nacional.

Assim, como em Dourados que tem o seu espaço urbano e regional alterando estrategicamente a sua importância na rede urbana do estado e interferindo diretamente no processo de urbanização brasileira.

Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V (Orgs). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

SPOSITO, M. E. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, E. S. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPER. 1999, p. 13-29.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Agropecuário 1995/95.

BRASIL. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC) – 1993**. Dados estatísticos. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Agropecuário 2006.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Contagem da População 2007.

BRASIL. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC) – 2007**. Dados estatísticos. Rio de Janeiro, 2008.

CALIXTO, M. J. M. **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade**. UFGD. Dourados – MS, 2008.

_____. As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re) definição da diferenciação socioespacial. In: **Boletim Paulista da Geografia**. São Paulo: AGB, n. 78, dez/2001, p. 77-96.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

_____. A rede urbana em tese: contribuições teóricas rumo ao novo milênio. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, São Paulo. **Anais.** Universidade de São Paulo. 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã. 1996.

NAGLIS, S. G. B. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto.** Os colonos da Colônia Agrícola de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

OLIVEIRA, B. C. **A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945).** 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, campus de Assis.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território no início do século XXI.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.

SILVA, M. C. T. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados.** São Paulo. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, V. F. **Os papéis de Dourados-MS no contexto regional:** apontamentos para análise de uma cidade média. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Recebido em: 24/02/2012.

Aceito para publicação em: 10/10/2012.